



ESTADO DE MATO GROSSO  
CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO  
"Palácio Urbano Rodrigues Fontes"

CONTROLE DE PLENÁRIO

EXPEDIENTE: 03 / 02 /2025

Visto do Secretário: \_\_\_\_\_

( ) PEDIDO DE VISTA

APROVADO EM: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ /2025

Visto do Secretário: \_\_\_\_\_

( ) PEDIDO RETIRADA

APROVADO EM: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ /2025

Visto do Secretário: \_\_\_\_\_

PEDIDO DE (RE) INCLUSÃO NA PAUTA \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

Visto do Secretário: \_\_\_\_\_

DECISÃO PLENÁRIA

VOTAÇÃO: Único: 10 / 03 /2025

( ) Aprovado

(X) Reprovado

Visto do Secretário: \_\_\_\_\_

VOTAÇÃO: Primeiro Turno: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ /2025

( ) Aprovado

( ) Reprovado

Visto do Secretário: \_\_\_\_\_


VOTAÇÃO: Segundo Turno: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ /2025

( ) Aprovado

( ) Reprovado

Visto do Secretário: \_\_\_\_\_



<b>EXPEDIENTE</b>	<b>DECISÃO PLENÁRIA</b> - Data: <u>10</u> / <u>03</u> /2025	
Data: ____/____/2025	( ) APROVADO      (X) REPROVADO	Visto Secretário: 

**PROJETO DE LEI Nº 011/2025.**

Autoriza a criação e o reconhecimento das Associações de Bairros no município de Diamantino-MT e dispõe sobre seus direitos, deveres e funcionamento.

A CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, Faz saber que ela aprovou e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica autorizada a criação e o reconhecimento das Associações de Bairros no município de Diamantino, visando à organização, à representação e à melhoria das condições de vida dos moradores das diferentes áreas urbanas, com a finalidade de promover o bem-estar coletivo, a convivência cidadã e a interlocução com o Poder Público Municipal.

**Art. 2º.** Para os fins desta Lei, entende-se por Associação de Bairro a entidade de direito privado, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica própria, formada por um grupo de moradores ou cidadãos residentes em determinada área do município, com a finalidade de representar interesses comuns, promover o desenvolvimento local e colaborar com a administração pública na melhoria da qualidade de vida da comunidade.

**Art. 3º.** Para o reconhecimento e o acesso aos direitos e benefícios estabelecidos nesta Lei, as Associações de Bairros deverão cumprir os seguintes requisitos:

I. Registro formal da associação perante o Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;



II. Elaboração de Estatuto Social que defina claramente seus objetivos, formas de administração e funcionamento, conforme as disposições do Código Civil Brasileiro;

III. Comprovação de representatividade mínima de 50% (cinquenta por cento) dos moradores da área ou bairro representado pela associação, podendo essa exigência ser ajustada conforme o número de habitantes do bairro;

IV. Atendimento aos princípios de transparência, com a manutenção de um conselho fiscal e a realização de assembleias periódicas abertas aos associados.

**Art. 4º.** Após o cumprimento dos requisitos previstos no Art. 3º, a associação deverá requerer ao Poder Executivo Municipal o reconhecimento formal da sua existência, mediante a apresentação dos documentos necessários à Secretaria Municipal responsável, que avaliará o cumprimento da legislação vigente.

**Art. 5º.** O reconhecimento da Associação de Bairro pela administração pública municipal concede à entidade os seguintes direitos:

I. Participação em reuniões e conselhos municipais, na forma que a legislação determinar;

II. Acesso a programas e projetos municipais de interesse coletivo, como aqueles voltados ao desenvolvimento urbano, saúde, educação e segurança;

III. Possibilidade de firmar parcerias com a Prefeitura para a realização de obras ou serviços que beneficiem a comunidade, como a melhoria de infraestrutura, serviços públicos e promoção de eventos culturais ou sociais;



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO**  
**“Palácio Urbano Rodrigues Fontes”**

IV. Apoio financeiro, desde que haja previsão orçamentária e conforme a disponibilidade de recursos do município.

V- Fica legalmente legitimada para parcerias inerentes a sua atividade no âmbito do município com qualquer Órgão público desde que atenda aos interesses da comunidade ou que tenham o propósito de melhorar as condições de vida da população.

**Art. 6º.** As Associações de Bairros reconhecidas pelo município terão as seguintes obrigações:

I. Colaborar com a administração pública na implementação de políticas públicas e na resolução de problemas que afetem a comunidade do bairro;

II. Prestar contas anualmente das suas atividades, por meio de relatório de gestão e prestação de contas, à comunidade e ao Poder Público Municipal;

III. Promover a união dos moradores, visando à resolução pacífica de conflitos, à manutenção da ordem e à promoção da cidadania.

**Art. 7º** O município de Diamantino poderá, conforme a disponibilidade orçamentária, apoiar as Associações de Bairros por meio de:

I. Recursos financeiros para a execução de projetos de interesse comunitário;

II. Doação de materiais ou serviços que possam ser utilizados em benefício da comunidade, como a realização de eventos culturais ou sociais;

III. Treinamento e capacitação para os membros da associação, com o objetivo de melhorar a gestão e o impacto das ações realizadas.





**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO**  
**“Palácio Urbano Rodrigues Fontes”**

**Art. 8º.** A Prefeitura Municipal de Diamantino, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e/ou Secretaria de Assistência Social, criará um registro de Associações de Bairros, com a finalidade de organizar e dar visibilidade a todas as associações reconhecidas, bem como monitorar o cumprimento dos direitos e deveres estabelecidos nesta Lei.

**Art. 9º.** A falta de cumprimento das obrigações previstas nesta Lei, especialmente em relação à transparência na gestão e ao interesse da coletividade, poderá resultar na revogação do reconhecimento da associação como entidade representativa, mediante processo administrativo que garanta ampla defesa e contraditório.

**Art. 10.** Fica declarada de utilidade pública todas as associações de bairros sem fins lucrativos, regularmente constituídas.

**Art. 11.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Ver. Juvenal B. Soares, 23 de janeiro de 2025.

*Monnize da Costa Dias Zangeroli*

**Monnize da Costa Dias Zangeroli**

**Vereadora - União**



## JUSTIFICATIVA

Nobres Pares,

O presente projeto de lei visa regulamentar e autorizar a criação de Associações de Bairros em nosso município, com o intuito de proporcionar maior organização comunitária e fortalecer a participação cidadã nas decisões que impactam diretamente a vida local. Ao reconhecer formalmente essas entidades, o município de Diamantino proporcionará maior diálogo entre a administração pública e os cidadãos, garantindo que os interesses e necessidades das comunidades sejam adequadamente atendidos. Além disso, o acesso a benefícios públicos e o acompanhamento das ações coletivas contribuirão para o fortalecimento do tecido social e para o desenvolvimento sustentável de nossa cidade.

**Monnize da Costa Dias Zangeroli**

**Vereadora - União**



**ASSESSORIA JURÍDICA**

<b>PROTOCOLO N.º</b> ____/2025	<b>Data:</b> ____/____/2025	<b>Hora:</b> ____:____ min	<b>Assinatura:</b> _____
--------------------------------	-----------------------------	----------------------------	--------------------------

**PARECER N.º 05/2025**

**Assunto: PROJETO DE LEI Nº 011/2025**

**Autoria: VERª MONNIZE DA COSTA DIAS ZANGEROLI - UNIÃO**

**Senhor Presidente,**

**1. DO RELATÓRIO**

Trata-se de análise jurídica do Projeto de Lei nº 011/2025, de autoria da Vereadora Dra. Monnize da Costa Dias Zangeroli, que autoriza a criação e o reconhecimento das Associações de Bairros no município de Diamantino-MT e dispõe sobre seus direitos, deveres e funcionamento.

A justificativa apresentada para a propositura do referido Projeto de Lei foi a seguinte:

*"O presente projeto de lei visa regulamentar e autorizar a criação de Associações de Bairros em nosso município, com o intuito de proporcionar maior organização comunitária e fortalecer a participação cidadã nas decisões que impactam diretamente a vida local. Ao reconhecer formalmente essas entidades, o município de Diamantino proporcionará maior diálogo entre a administração pública e os cidadãos, garantindo que os interesses e necessidades das comunidades sejam adequadamente atendidos. Além disso, o acesso a benefícios públicos e o acompanhamento das ações coletivas contribuirão para o fortalecimento do tecido social e para o desenvolvimento sustentável de nossa cidade."*

É o relatório.

**2. DA FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre destacar que a iniciativa apresenta louvável propósito, ao incentivar a participação comunitária e fortalecer o diálogo entre a população e o Poder Público Municipal.

Contudo, a matéria exige leitura à luz da Constituição Federal. O artigo 5º, em seus incisos XVII e XVIII, assegura a liberdade de associação para fins lícitos e a **desnecessidade**



### ASSESSORIA JURÍDICA

**de autorização** para a criação de associações e cooperativas, vedando qualquer interferência estatal em seu funcionamento.

Nessa toada, em primeira análise se destaca a existência de inconstitucionalidade material, uma vez que "autoriza" a criação de associações no município de Diamantino, quando o próprio texto constitucional estabelece que a criação de associações independe de autorização e veda a interferência estatal no funcionamento (art. 5º, XVIII, CF/88).

Ademais os requisitos para a criação de associações se inserem no âmbito do Direito Civil (art. 53 e seguintes do Código Civil), cuja competência legislativa é privativa da União, conforme dispõe o artigo 22, inciso I, da Constituição Federal.

Em decisão recente o Supremo Tribunal Federal reconheceu a inconstitucionalidade formal de lei estadual que tratava de matéria pertencente ao ramo do direito civil. Confira-se:

*"É formalmente inconstitucional a Lei 11.081, de 12.4.2022, do Estado do Rio Grande do Norte, pela qual se estabelecem obrigações referentes a cobertura de exames laboratoriais prescritos por nutricionistas: matéria de direito civil e concernente à política de seguros, de competência legislativa privativa da União (incisos I e VII do art. 22 da Constituição da República).  
[ADI 7.376, rel. min. Gilmar Mendes, j. 28-8-2023, P, DJE de 2-10-2023.]*

Assim, ao estabelecer requisitos e procedimentos para a criação e reconhecimento das Associações de Bairros, impõe restrições que extrapolam a competência municipal, configurando inconstitucionalidade formal por usurpação da competência da União em matéria de direito civil.

Ademais, as parcerias firmadas entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil são reguladas pela Lei Federal nº 13.019/2014.

Outrossim, há no ordenamento jurídico municipal a Lei nº 1500/2022 que dispõe sobre os requisitos para a declaração de utilidade pública, dentre outros, das associações legalmente constituídas e em funcionamento no Município de Diamantino/MT.

A aprovação da presente proposta contribuiria para a inflação legislativa, prejudicando a publicidade e a transparência do ordenamento jurídico municipal.

### 3. DA CONCLUSÃO

Em razão do exposto, considerando a presença de inconstitucionalidade forma e material opino pelo não prosseguimento do processo legislativo atinente ao Projeto de Lei nº 011/2025.





**ASSESSORIA JURÍDICA**

Salienta-se que, o Projeto de Lei em epígrafe deverá ser encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça para que seus membros elaborem o respectivo parecer.

Por fim, ressalta-se que a emissão de parecer por esta Assessoria Jurídica não substitui o parecer das Comissões Permanentes, porquanto essas são compostas pelos representantes do povo e constituem-se em manifestação efetivamente legítima do Parlamento.

A opinião jurídica exarada neste parecer não tem força vinculante, podendo seus fundamentos ser utilizados ou não pelos membros desta Casa.

**Assessoria Jurídica, 27 de fevereiro de 2025.**

  
**Aline Simony Stella - OAB/MT 16.673/O**



ESTADO DE MATO GROSSO  
CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO  
"Palácio Urbano Rodrigues Fontes"

CONTROLE DE PLENÁRIO

EXPEDIENTE: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ /2025

Visto do Secretário: \_\_\_\_\_

( ) PEDIDO DE VISTA

APROVADO EM: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ /2025

Visto do Secretário: \_\_\_\_\_

( ) PEDIDO RETIRADA

APROVADO EM: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ /2025

Visto do Secretário: \_\_\_\_\_

PEDIDO DE (RE) INCLUSÃO NA PAUTA \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

Visto do Secretário: \_\_\_\_\_

DECISÃO PLENÁRIA

VOTAÇÃO: Único: 10 / 03 /2025

☒ )Aprovado

( )Reprovado

Visto do Secretário: \_\_\_\_\_

VOTAÇÃO: Primeiro Turno: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ /2025

( )Aprovado

( )Reprovado

Visto do Secretário: \_\_\_\_\_

VOTAÇÃO: Segundo Turno: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ /2025

( )Aprovado

( )Reprovado

Visto do Secretário: \_\_\_\_\_



## RELATÓRIO

De autoria: Monnize da Costa Dias Zangeroli

Projeto de Lei nº 011/2025 - Autoriza a criação e o reconhecimento das Associações de Bairros no município de Diamantino/MT e dispõe sobre seus direitos, deveres e funcionamento.

Reza o Regimento Interno em seu artigo 69, inciso I a competência da Comissão de Constituição e Justiça a opinarem sobre o aspecto constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa de todos os projetos, para efeito de admissibilidade e tramitação.

A presente proposição foi protocolada sob o nº 31, de 23 de janeiro de 2025. Recebeu parecer jurídico nº 005/2025, que opina pelo NÃO prosseguimento do processo legislativo pois, a matéria tem presença de inconstitucionalidade.

Assim sendo, em obediência às normas legais, esta Comissão com amparo nas informações manifesto CONTRÁRIO à aprovação da proposição.

É o relatório.

Relator/Presidente:  Michele Cristina Carrasco Mauriz - Vereadora/União

### **PARECER Nº 006/2025**

### **RESULTADO DA VOTAÇÃO DO RELATÓRIO DO RELATOR.**

Os membros aprovam o Relatório apresentado, opinando de forma unânime pela legalidade, constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, manifestamos CONTRÁRIO a aprovação.

Sala das Comissões, 10 de março de 2025.

Vice-Presidente:  Augusto Borges Casetta Ferreira - Vereador/MDB

Membro:  Alex Rupolo - Vereador/PL